

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA EM ERECHIM
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

ELLY JOSÉ TIBOLA

**BENEFÍCIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL PARA
FAMÍLIAS AGRICULTORAS DO MUNICÍPIO DE ITATIBA DO SUL - RS**
Trabalho de Conclusão de Curso

**ERECHIM
2021**

ELLY JOSÉ TIBOLA

**BENEFÍCIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL PARA
FAMÍLIAS AGRICULTORAS DO MUNICÍPIO DE ITATIBA DO SUL - RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para aprovação no componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso II do Curso de Administração na UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Unidade Universitária em Erechim – RS

Orientadora: Prof^a. M^a. Sandra Mara Berti

**ERECHIM
2021**

ELLY JOSÉ TIBOLA

**BENEFÍCIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL PARA
FAMÍLIAS AGRICULTORAS DO MUNICÍPIO DE ITATIBA DO SUL - RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para aprovação no Componente Curricular Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Administração na UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Unidade Universitária em Erechim – RS

Orientadora: Prof^a. M^a. Sandra Mara Berti

Aprovado em: 20/01/2021

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora: Prof^a. M^a. Sandra Mara Berti
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

Prof.^a M^a. Aline Fátima Modkovski
Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS

Prof^o Dr. Roberto Serena Fontaneli
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo identificar quais benefícios o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) oportunizou para os agricultores que acessaram esta política no município de Itatiba do Sul - RS. O PNHR consiste em uma política pública que busca subsidiar a construção ou reforma de imóveis para agricultores familiares e trabalhadores rurais, por intermédio de operações de repasse de recursos federais. Para atingir o objetivo proposto, utilizou-se uma abordagem qualitativa de natureza exploratória-descritiva, sendo o tipo de pesquisa adotado foi o estudo de casos múltiplos. Os resultados demonstram que as propriedades estudadas são de pequeno porte, que possuem em média 3,58 pessoas residindo em cada uma delas e que os proprietários possuem baixa escolaridade. Todas as propriedades apontam melhoria da qualidade de vida, desenvolvimento e independência da mesma, ao acessar o PNHR. A maior parte das propriedades não terão sucessor, sendo que a maioria dos atuais proprietários pretende apenas manter a propriedade, sem realizar novos investimentos. Por fim, observa-se que o PNHR contribuiu com a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, contudo, os agricultores ainda esperam o fomento de novas políticas públicas que estimulem a permanência dos jovens neste espaço.

Palavras Chave: Programa Nacional de Habitação Rural. Qualidade de Vida. Propriedades Rurais.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), foi criado pelo Governo Federal no ano de 2003. O mesmo tem por finalidade subsidiar a construção ou reforma de imóveis para agricultores familiares e trabalhadores rurais, por intermédio de operações de repasse de recursos do orçamento geral da União ou de financiamento habitacional, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (BRASIL, 2009).

A possibilidade de acesso à moradia é um fator que oferta uma melhoria considerável na qualidade de vida das famílias residentes no meio rural. Igualmente, acredita-se que o PNHR pode causar um impacto positivo sobre a dinâmica de desenvolvimento rural, visto que se agrega com mais um componente de ações a serem trabalhadas, para a promoção de um desenvolvimento rural integrado e sustentável (SILVESTRO et al., 2001).

Para Konrad (2019), a criação do PNHR é um marco na história do meio rural. Pela primeira vez, agricultores familiares e trabalhadores rurais, em condições socioeconômicas mais vulneráveis, passam a ter acesso a uma política pública que tem como finalidade subsidiar a construção, reforma ou ampliação de suas casas, buscando, assim, reduzir o déficit habitacional rural, que se caracteriza, principalmente, pela precariedade, falta de infraestrutura mínima e pela coabitação familiar.

De acordo com Abramovay (1997), a agricultura familiar é caracterizada como sendo o espaço onde a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Para Damasceno, Khan e Lima (2011), esta forma de trabalho contribui para o desenvolvimento social e para equilibrar o país, pois através de seus milhões de pequenos agricultores,

movimenta bilhões de reais, produz mais da metade dos alimentos que são consumidos e contribui para a redução do êxodo rural.

Frente a importância da agricultura familiar no cenário nacional, somada à relevância do PNHR para a manutenção das propriedades rurais, a questão de pesquisa que norteou este estudo foi: quais benefícios o Programa Nacional de Habitação Rural oportuniza para os agricultores que acessaram esta política pública no município de Itatiba do Sul?

A hipótese para esta problemática partiu da premissa de que o PNHR é uma importante política pública de apoio a agricultura familiar. Acredita-se que a mesma traga benefícios evidentes para seus usuários por oportunizar uma melhora na qualidade de vida dos beneficiários, estimulando a permanência das famílias no meio rural.

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é identificar quais benefícios o Programa Nacional de Habitação Rural oportunizou para os agricultores que acessaram esta política no município de Itatiba do Sul - RS.

Os objetivos específicos buscaram identificar, caracterizar as propriedades rurais que acessaram o PNHR no município de Itatiba do Sul, no período de 2011 a 2017 e analisar a prospecção de futuro das propriedades rurais que acessaram o PNHR;

Justificou-se a escolha do tema do presente estudo pela importância social do tema e pela relevância acadêmica para o Curso de Administração da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS. O primeiro aspecto destacado refere-se a importância social que o PNHR possui, visto que o acesso a moradia é um direito fundamental, garantido pela Constituição Federal de 1988 e que é estudado por inúmeros pesquisadores, refletindo assim a importância da temática, bem como, a importância do programa para o desenvolvimento das regiões. Além disso, infere-se que não foi observada a existência de estudos, com objetivo semelhante, no município de Itatiba do Sul. Ainda, considerando que o curso de Administração da UERGS dá ênfase aos estudos de desenvolvimento rural, este estudo contribuirá para promover a disseminação de conhecimentos e podendo assessorar as famílias do meio rural, bem como empresas localizadas no meio urbano.

Diante do exposto, fica evidenciada a necessidade de ampliar os estudos e pesquisas sobre esse tema emergente, principalmente no contexto das pequenas propriedades rurais do município de Itatiba do Sul - RS. Desta forma, o seguinte artigo de conclusão de curso está dividido em: 1) Introdução que mostrou o tema proposto para este estudo, bem como seus objetivos, questão de pesquisa e justificativa; 2) referencial teórico é apresentado com os temas: Programa Nacional de Habitação Rural, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural; 3) são expostos os procedimentos metodológicos; 4) são apresentados os resultados, com as seguintes subdivisões: caracterização das propriedades rurais, melhorias oportunizadas pelo PNHR, perspectivas de futuro das propriedades rurais; 5) as considerações finais e 6) as referências utilizadas. Assim, na seção a seguir, o referencial teórico que norteou este estudo, é trabalhado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção é apresentado o referencial teórico que embasou este estudo é composto pelos autores clássicos e atuais que trabalham os temas: Programa Nacional

de Habitação Rural; Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, a fim de apresentar suas principais teorias, relacionadas ao assunto deste estudo.

2.1 PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) faz parte do Programa Minha Casa Minha Vida, criado pelo Governo Federal para sanar as necessidades habitacionais das famílias do meio rural. O mesmo tem como objetivo construir novas unidades habitacionais nas propriedades rurais ou até mesmo reformas em casas já existentes (BRASIL, 2013).

O PNHR foi criado no ano de 2003, pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, tendo como finalidade possibilitar o acesso a moradia digna aos agricultores familiares, trabalhadores rurais, buscando também atender famílias com renda de um a três salários mínimos. Enfatiza-se que no ano de 2004, 85,2% dos estabelecimentos rurais brasileiros, eram caracterizados como sendo de agricultura familiar, neste mesmo ano, a renda mensal dos territórios rurais era de R\$ 707,00 para o país e de R\$ 1.035,00 para a região sul do país, situando-se na média de 1 a 3 salários mínimos (DIEESE, 2006).

Antes do surgimento do PNHR, o meio rural era tido como um local de atraso e abandono, diante da carência e da dificuldade de acessar recursos disponíveis. Não existiam outras políticas que assegurassem o direito de investir em melhorias ou construções de novas habitações para moradia, fazendo com que as residências se encontrassem em condições precárias e, em alguns casos, sendo impróprias para uso (ROVER; MUNARINI, 2010). A alta demanda por moradias no meio rural é um dos fatores que justifica a criação e a implementação do programa de habitação em uma linha específica para o meio rural. Sendo a moradia um direito humano, este é assegurado entre os direitos sociais, regidos pela Constituição Federal de 1988 (ATIYEL, 2016).

Segundo Wanderley (2003), o meio rural pode ser entendido como um espaço social complexo, considerado um espaço de produção e de atividades econômicas, espaço de vida e organização social e política, espaço de produção de cultura e espaço de relação com a natureza. Conforme o autor, seria um grande equívoco analisar o rural de forma idêntica, sem levar em consideração a diversidade existente, a grande importância e o seu papel de destaque na garantia da distribuição de alimentos para os grandes centros de comercialização.

Em 2003, ano que foi lançado o PNHR, o déficit habitacional da população rural brasileira, segundo dados colhidos pelo Governo Federal (2003), era de 1,2 milhões de unidades, o que significa 18,6% da carência habitacional total no país (6,6 milhões). Com isso, no ano de 2004, foram construídas 1.280 casas para agricultores familiares, nos três estados da região Sul Brasileira. No estado do Paraná foram construídas 561 casas, em Santa Catarina foram construídas 377 casas e no estado do Rio Grande do Sul, 342 casas (BRASIL, 2013).

Assim, conclui-se que o PNHR subsidiou a construção de casas para a população rural com baixa renda, refletindo a atenção do Governo Federal com o fortalecimento da agricultura familiar nos pequenos municípios, oportunizando o acesso a moradias dignas aos beneficiários. Dessa forma, a próxima seção propõe-se a dialogar sobre a temática da agricultura familiar.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR

Na agricultura pode-se citar dois importantes fatores de produção, que impactam diretamente o Produto Interno Bruto (PIB): a agricultura familiar e a agricultura não familiar. Para agricultura familiar existem várias definições, sendo caracterizada como uma agricultura de autoconsumo, de pequena produção e de carência financeira no meio rural. Somente depois de estudos realizados por Guanziroli et al., (2011) que se percebeu o quanto essa prática é importante para o desenvolvimento do país.

Em meados dos anos de 1990, o segmento passou a ser reconhecido pela sua categoria social e produtiva, havendo a criação de políticas públicas em seu favor. Contudo, antes deste período as políticas públicas eram somente destinadas para as grandes propriedades, que possuíam mais poder aquisitivo (SOUZA; BERGAMASCO, 2015).

Segundo dados do censo agropecuário de 2006, foram identificados 4.367.902 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares, totalizando 84,4% dos estabelecimentos brasileiros, que ocupavam uma área de 80,25 milhões de hectares. Portanto 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros, são responsáveis por 38% de valor bruto da produção (MDA, 2006).

Para Lamarche (1993), a agricultura familiar é bastante ampla, tendo assim vários conceitos. Para este autor, agricultura familiar corresponde a uma humanidade de produção agrícola, onde propriedade e trabalho se interligam a família.

Segundo Shanin (1996), para caracterizar a agricultura familiar temos que retornar a conceitos próximos como o de campesinato, que são pequenos produtores agrícolas, que com a ajuda da família e de equipamentos simples, produzem muitas vezes somente para seu consumo próprio ou para o pagamento de algumas dívidas. Estes estabelecimentos rurais, possuem tamanha importância no cenário nacional, sendo que a propriedade pode ser utilizada para produção, reprodução social, identidade, prestígio e, até mesmo, para o bem estar dos agricultores.

De acordo com Wanderley (1996), a agricultura familiar vem sofrendo inúmeras transformações, desde sua forma de produzir, até em suas relações sociais. Assim, a agricultura continua se reproduzindo nas sociedades atuais, ocasionando a multiplicação de outras formas de agricultura familiar não camponesa, onde as mesmas buscam adaptar-se a novos processos de produção, transformando-se em uma agricultura mais moderna. Para Abramovay (1992), essa transformação, na busca por modernização, ocorreu de maneira mais intensa no Sul do Brasil, onde os agricultores fazem parte, plenamente, das estruturas sociais de mercado, mudando também o círculo social em que se englobam e materializam uma nova categoria social.

Observa-se que os debates acerca da agricultura familiar, são temáticas emergentes, que com o passar dos anos passou por grandes modificações. Dessa forma, com esta breve revisão de literatura espera-se ter caracterizado e demonstrado a importância da mesma. Visando apresentar os principais temas deste estudo, a seção seguinte propõe-se tratar da temática desenvolvimento rural.

2.3 DESENVOLVIMENTO RURAL

Os estudos direcionados ao meio rural, até a década de 1990, davam ênfase as transformações tecnológicas e os efeitos da Revolução Verde¹ sobre o processo produtivo. Durante o período de “modernização” da agricultura, frente às concepções de desenvolvimento baseado no crescimento econômico, diversos segmentos da sociedade foram atingidos pela noção de progresso. Logo, as ações voltadas ao meio rural visavam o aumento dos índices de produtividade, tratando-o como um espaço destinado às atividades agrícolas (CONTERATO, 2008).

Passada a fase da busca constante pelo aumento da produtividade e dos lucros, a situação começou a mudar com as transformações nas concepções sobre o desenvolvimento rural. Estas novas concepções apresentam entre seus fatores decisivos, os avanços em torno das discussões sobre a agricultura familiar e a crescente influência e ação do Estado no meio rural. Somado a isso, as políticas de desenvolvimento rural no Brasil têm sido amplamente influenciadas pelos estudiosos do tema (SCHNEIDER, 2010).

Frente a emergência deste novo rural, surge a necessidade de estudar e reconhecer este novo modelo produtivo. Assim, Schneider e Gazolla (2011) destacam a necessidade de estudos que investiguem como os agricultores constroem suas práticas, através das quais se fortalecem e se afirmam como agentes nos processos produtivos.

De acordo com Niederle (2014), ao reconhecer a existência de modos de vida diferenciados, os sujeitos presentes nesse espaço começam a ter seus direitos assegurados, através de políticas públicas que admitem suas especificidades. Logo, em relação à agricultura familiar, nas últimas décadas, reflexões analíticas e políticas têm sido realizadas a fim de rever o passado, pensar o presente e o futuro do segmento, conforme aponta o autor.

Uma das principais inovações do cenário agrário do Brasil tem sido a expansão das lutas por reconhecimento e direitos por parte dos agricultores familiares. Com isso busca-se considerar as suas particularidades, tanto por parte do Estado quanto da sociedade civil (NIEDERLE, 2014).

Para Perondi e Schneider (2012), após meio século de intervenções no meio rural, visando o seu desenvolvimento, os estudiosos e formuladores de políticas perceberam que o processo de mudanças sociais e econômicas não se restringia às transformações na base tecnológica da produção agrícola e na produtividade dos fatores e, assim, passaram a considerar o lugar dos atores sociais nesse processo. Segundo Perondi (2007), discutir a abordagem dos meios de vida, deixa claro que os agricultores familiares são capazes de realizar as melhores escolhas para a promoção do desenvolvimento rural e fortalecer esses meios oportunizaria criar mecanismos de diversificação das opções e estratégias de trabalho e renda, estimulando assim sua capacidade de lidar com crises ou adversidades.

Para Grisa e Schneider (2015), algumas políticas públicas foram consideradas promotoras do processo de desenvolvimento rural, visto que oportunizaram maior

¹ A Revolução Verde é um modelo produtivo que teve por objetivo elevar a produtividade agrícola, principalmente de alimentos, baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura.

autonomia as famílias agricultoras. São exemplos destas políticas: Programas de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de Aquisição de Alimentos da Agricultura familiar (PAA), Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), e Lei nº 11.947/2009 que dispõe sobre a aquisição de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

Com estes aportes teóricos e autores, espera-se ter conceituado os temas: Programa Nacional de Habitação Rural, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. Acredita-se que estes tópicos tenham grande relevância, sendo temas atuais e importantes para o progresso da região. Dessa forma, para melhor detalhar o tema pesquisado, a seção seguinte propõe-se a apresentar a metodologia que foi utilizada para a construção deste estudo.

3 METODOLOGIA

O campo de estudo consiste nas unidades produtivas familiares, beneficiárias do Programa Nacional de Habitação Rural entre os anos 2011 a 2017, localizadas no município de Itatiba do Sul. Este município, está situado na região norte do estado do Rio Grande do Sul, com população estimada em 3.324 habitantes (IBGE, 2019). De acordo com dados disponibilizados pelo Sebrae (2018), Itatiba do Sul possui 698 propriedades rurais, sendo a maioria destas caracterizadas como propriedades que desenvolvem a agricultura familiar. Desta forma, este estudo analisou 12 destas propriedades, sendo que para definição da amostra, a pesquisa tem por objetivo a saturação, quando as respostas obtidas começam a serem as mesmas. De acordo com Flick (2009, p. 121) “a amostragem e a integração de outros materiais são concluídas quando a “saturação teórica” de uma categoria ou grupo de casos tenha sido atingida (ou seja, quando não surgir mais nada novo).

No que se refere aos objetivos, esta pesquisa caracteriza-se como exploratória (GIL, 2008), sendo seu principal objetivo o aprimoramento de ideias ou descobertas, com planejamento flexível possibilitando considerar os mais variados aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 2008; YIN, 2016).

Quanto à abordagem do problema, este trabalho de pesquisa caracteriza-se como qualitativo (DENZIN; LINCOLN, 2000; FLICK, 2009; YIN, 2016), onde observa-se a subjetividade dos fatos e dos participantes (DENZIN; LINCOLN, 2008; FLICK, 2009). De acordo com Yin (2016), em pesquisa qualitativa os dados relevantes derivam de quatro atividades de campo: entrevistas; observações; coleta e exame (de materiais) e sentimentos. Este enfoque permite a observação, descrição e análise dos fenômenos, bem como permite explorar suas dimensões, o modo como se manifesta e como os componentes estão relacionados (ROESCH, 2007).

Quanto ao procedimento técnico ou delineamento desta pesquisa, ou seja, o planejamento em sua dimensão mais ampla é o estudo de casos múltiplos. A pesquisa de estudos de casos múltiplos, segundo Gil (2008) é um procedimento que proporciona as evidências de contextos diversos (diferentes unidades produtivas familiares) e auxiliam na elaboração de uma pesquisa de melhor qualidade.

Para alcançar o objetivo proposto, foram utilizados dados de fontes primárias e secundárias. Conforme Roesch (2007), os dados primários são aqueles elaborados e

colhidos diretamente pelo pesquisador, por meio de entrevistas e questionários. Já os dados secundários são aqueles, já existentes na forma de arquivo, banco de dados, relatórios e planilhas.

Como fonte de dados primária, foi utilizada como um dos instrumentos de coleta de dados a entrevista semiestruturada, aplicada aos agricultores familiares beneficiados pelo programa, com o objetivo de caracterizar as famílias, identificar se houve desenvolvimento a partir do acesso ao PNHR, os benefícios obtidos e sua perspectiva para o futuro da propriedade (Apêndice A). Enfatiza-se que estas entrevistas foram aplicadas nos meses de setembro e outubro de 2020.

Para analisar os dados coletados por meio das entrevistas semiestruturadas, das observações e da pesquisa documental, utilizou-se a análise de conteúdo (BARDIN, 2011). A autora define análise de conteúdo como sendo um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

O método apresenta potencialidades, conforme Mozzato e Grzybovski (2011), o pesquisador amplia a sua visão ao seguir os passos propostos pelo método. No entanto, como nem o método da análise de conteúdo propõe, o pesquisador não pode deixar de interpretar, utilizando-se da construção criativa, pois o simbolismo exige, necessariamente, a interpretação. Trabalhada nesses termos, a análise de conteúdo apresenta-se como de grande potencialidade para o avanço das pesquisas no campo da administração.

No Quadro 1 são definidas as categorias e subcategorias analíticas de acordo com o referencial teórico, definidas a priori.

Quadro1 - Categorias analíticas

Categorias analíticas	Definição	Autores
Programa nacional de habitação rural	É um programa criado pelo Governo Federal com a finalidade de subsidiar a construção ou reforma de imóveis para agricultores familiares e trabalhadores rurais	Abramovay (1997), Wanderley (2003), Rover e Munarini (2010) Brasil (2013), Atiyel (2016), Konrad (2019)
Agricultura familiar	Caracterizada como uma agricultura voltada ao autoconsumo, com pequena produção e de grande importância para o desenvolvimento do país	Abramovay (1992), Lamarche (1993), Shanin (1996), Wanderley (1996), Guanziroli et al., (2011), Souza e Bergamasco (2015), MDA (2016)
Desenvolvimento rural	Existência de modos de vida diferenciados, em que os sujeitos presentes no espaço rural começam a ter seus direitos assegurados, através de políticas públicas que admitem suas especificidades	Conterato (2008), Scheneider (2010), Schneider e Gazolla (2011), Perondi e Schneider (2012), Niederle (2014), Grisa e Schneider (2015)

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Após os dados coletados terem sido organizados e transcritos, as três etapas da análise de conteúdo foram trabalhadas para auferir significação aos dados (BARDIN, 2011). A primeira etapa consistiu na pré-análise, onde organizou-se todo o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, fez-se então a leitura flutuante do material coletado, escolha dos documentos, formulação das hipóteses ou proposições e dos objetivos, referenciação dos índices e elaboração de indicadores por meio de recortes, e a preparação do material. Na segunda fase, fez-se a exploração do material que consistiu em explorar para definir as categorias analíticas, orientado pelas proposições e referenciais teóricos. Na terceira fase foi realizado o tratamento dos resultados, inferências e interpretações, que consistiu em ir além do conteúdo manifesto dos documentos e que ocorreu a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais.

Além da análise de conteúdo, os dados coletados também foram analisados com o auxílio do *Software Excel*, utilizando técnicas de estatística descritiva, representadas neste estudo através de gráficos.

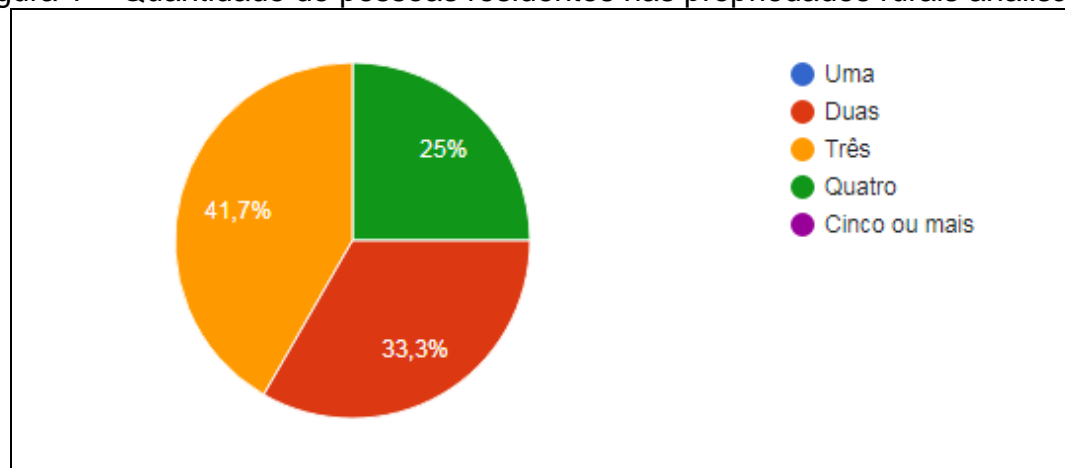
4 RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados do estudo. Este capítulo divide-se em: caracterização das propriedades, melhorias observadas nas mesmas e prospecção para o futuro das unidades de produção familiar.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS

Buscou-se inicialmente identificar a quantidade de pessoas residentes em cada unidade de produção familiar participante deste estudo. Os resultados obtidos demonstraram que 41,7% das propriedades são compostas por três moradores, 33,3% por dois moradores e 25% delas possuem 4 pessoas residentes. A Figura 1 que representa o número de habitantes por residência é apresentada na sequência.

Figura 1 – Quantidade de pessoas residentes nas propriedades rurais analisadas

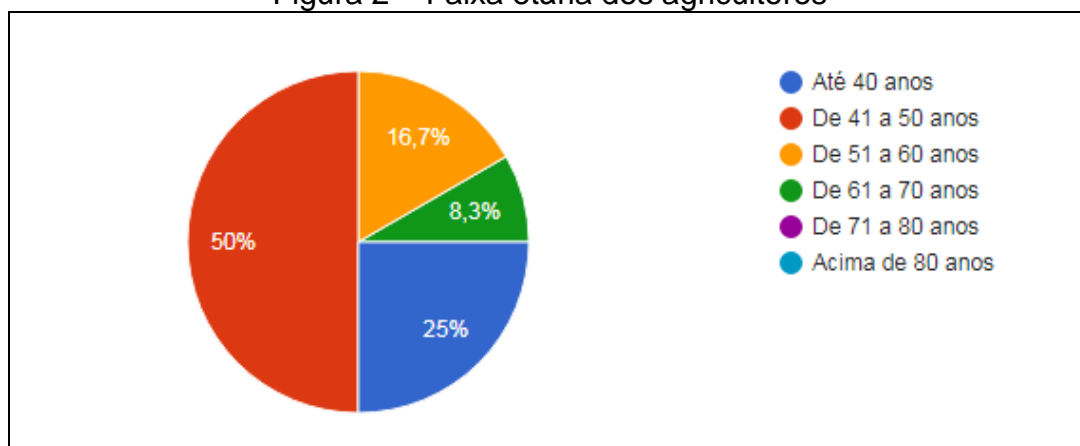


Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Conforme pode-se observar na Figura 1, predominantemente, as propriedades possuem três pessoas residentes. Este dado pode sugerir que existam jovens morando com suas famílias no meio rural. A média de pessoas por unidade de produção familiar, entre as famílias participantes deste estudo foi de 3,58 pessoas por residência. Comparando estes dados com a média de habitantes por moradia do município de Itatiba do Sul (incluindo áreas rural e urbana), observa-se uma pequena diferença, sendo que este último, de acordo com dados do IBGE (2010), possui 3,08 pessoas por domicílio. Dessa forma pode-se inferir que o meio rural possui mais habitantes por domicílio, que o meio urbano.

A idade dos agricultores beneficiários do PNHR é apresentada na Figura 2. A mesma demonstra uma predominância na faixa etária dos 41 aos 50 anos, representando 50% do total, seguido por pessoas de até 40 anos, com 25%, dos 51 aos 60 teve 16,7% da frequência de respostas e dos 61 aos 70 anos, com 8,3%.

Figura 2 – Faixa etária dos agricultores

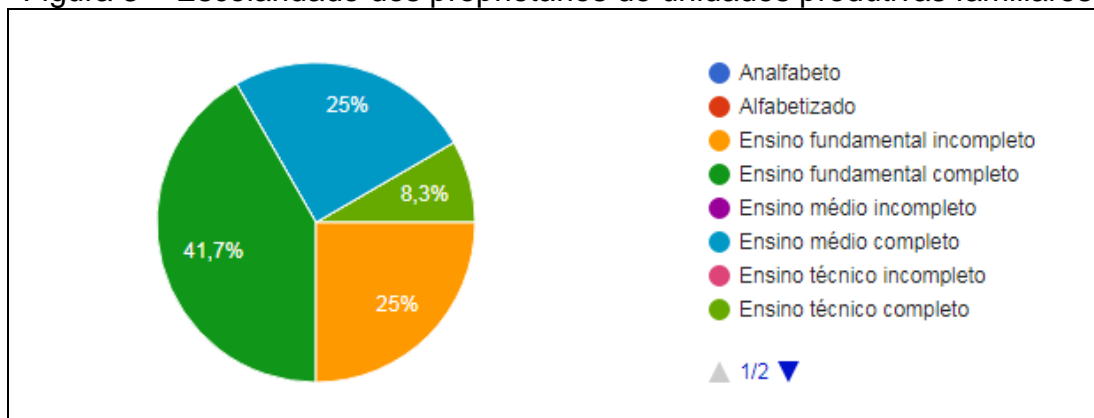


Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Conforme apresentado na Figura 2, observa-se que considerando a classificação do Ministério da Saúde, que caracteriza como idoso, pessoas com idade igual ou superior a 60 anos (BRASIL, 2013), é possível inferir que a maioria dos agricultores beneficiados pelo PNHR em Itatiba do sul, participantes deste estudo, são pessoas jovens ou de meia idade. Este dado demonstra uma força interna que as propriedades possuem e é contrário a atual tendência de envelhecimento dos moradores do meio rural, como é apresentado por diversos autores, a exemplo de Christen e Netto (2016).

Posteriormente, analisou-se a escolaridade dos proprietários das unidades de produção analisadas. Os dados coletados demonstraram que a maioria deles (41,7%) possuem ensino fundamental completo, 25% possuem ensino fundamental incompleto, outros 25% possuem ensino médio completo e, apenas 8,3% concluíram o ensino técnico. A Figura 3 abaixo apresenta a escolaridade dos agricultores analisados.

Figura 3 – Escolaridade dos proprietários de unidades produtivas familiares

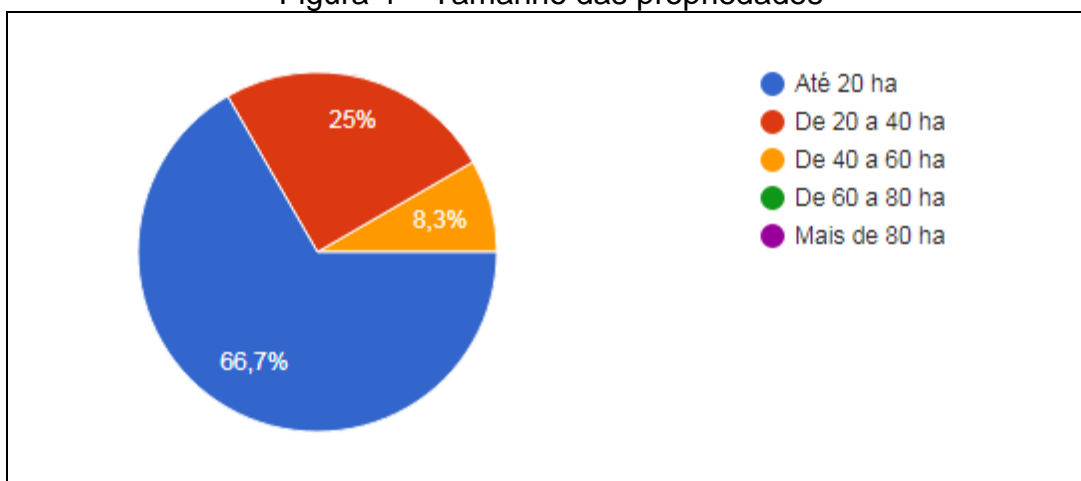


Fonte: Dados da pesquisa (2020)

É possível verificar, conforme apresentado na Figura 3, que a maioria dos agricultores participantes deste estudo possuem baixa escolaridade. Este dado vem de encontro a outros estudos realizados, a exemplo de Confortin et al., (2016), que sugeriu que parte da população, quando em idade escolar, por viver na zona rural, além da maior dificuldade de acesso às escolas, também largou os estudos para ajudar os pais nas atividades agrícolas. Para a população residente na cidade, os resultados identificaram um maior nível de escolaridade.

Na sequência é apresentado o tamanho das propriedades rurais analisadas neste estudo. A maioria observada (66,7%) possui até 20 hectares de área, outras 25% possuem entre 20 e 40 hectares, e 8,3% delas tem entre 40 e 60 hectares. A Figura 4 resume essa situação.

Figura 4 – Tamanho das propriedades



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

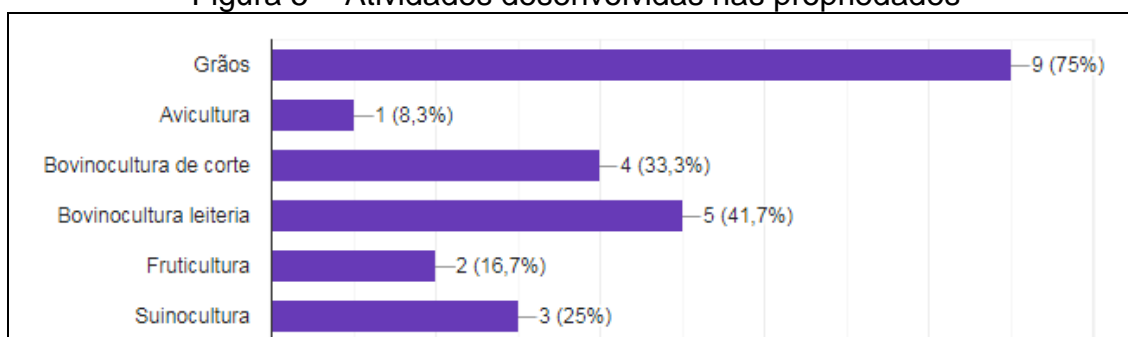
Conforme a Figura 4, observa-se que a maior parte das propriedades possuem área de terra relativamente pequena. De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em relação ao tamanho da área, os imóveis rurais são classificados em: (i) Pequena Propriedade ou Propriedade de Agricultura Familiar - o imóvel de área compreendida até quatro módulos fiscais; (ii) Média Propriedade - o

imóvel rural de área superior a quatro e até quinze módulos fiscais e; (iii) Grande Propriedade - o imóvel rural de área superior a quinze módulos fiscais.

Infere-se que o módulo fiscal corresponde à área mínima necessária a uma propriedade rural para que sua exploração seja economicamente viável. A depender do município, um módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares (BRASIL, 2020). Para a localidade de Itatiba do Sul, o tamanho de cada módulo fiscal é de 20 hectares, portanto, para este estudo, 100% das unidades de produção familiar participantes são consideradas de agricultura familiar, visto que possuem área inferior a 80 hectares.

As atividades predominantes desenvolvidas em cada propriedade são apresentadas na Figura 5.

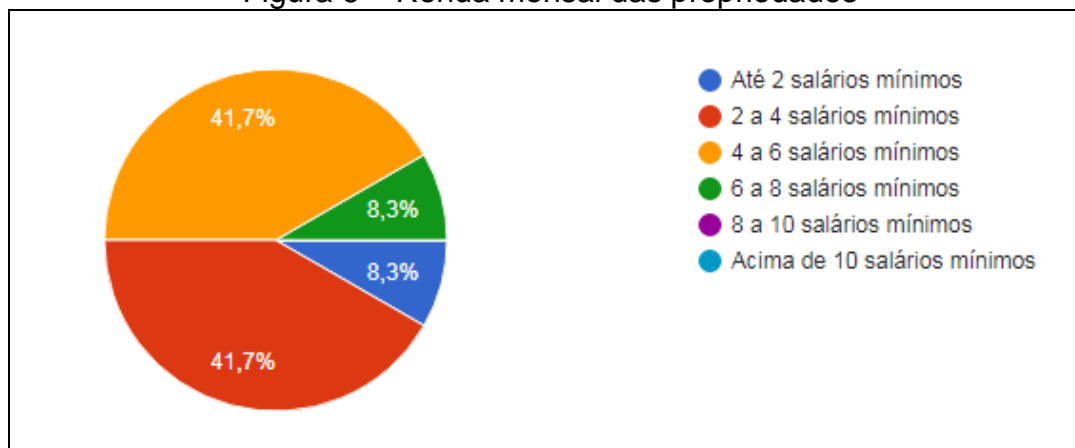
Figura 5 – Atividades desenvolvidas nas propriedades



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

A Figura 5 que 75% das atividades desenvolvidas nas propriedades é a produção de grãos: soja, milho e trigo. Em segundo lugar (41,7%) aparece a bovinocultura de leite, que segundo relato dos entrevistados, é uma atividade interessante pois possibilita acesso a uma renda mensal a propriedade. Bovinocultura de corte teve 33,3% das respostas, seguido da suinocultura com 25%, fruticultura com 16,7% e avicultura com 8,3% da frequência de respostas. A seguir, na Figura 6 é apresentada a renda mensal das propriedades.

Figura 6 – Renda mensal das propriedades



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

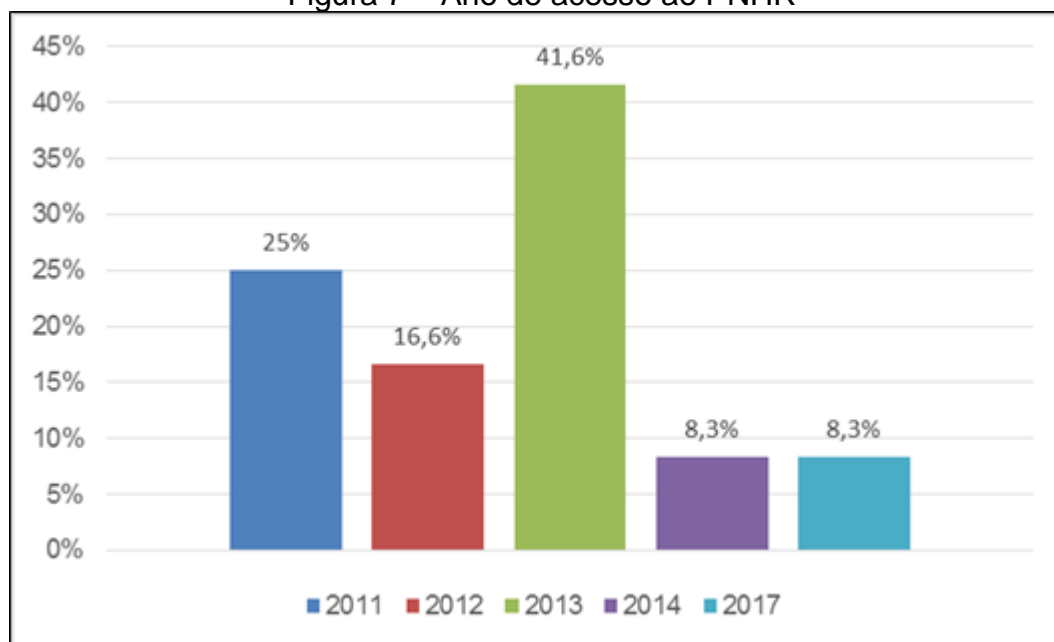
Em relação a renda, 41,7% dos entrevistados recebem de 2 a 4 salários mínimos, outros 41,7% recebem de 4 a 6 salários mínimos, 8,3% recebem de 6 a 8 e a mesma proporção refere ter renda de até 2 salários mínimos. Considerando essas faixas de renda das famílias e a quantidade de pessoas residentes em cada propriedade (média de 3,58, como apresentado anteriormente), é possível deduzir que as propriedades podem ter dificuldades para conseguir construir ou reformar suas residências. Dessa forma o PNHR apresenta-se como uma ferramenta de grande importância para que as famílias possam ter uma casa digna para residir.

Em suma, neste tópico foi possível identificar que as propriedades possuem, em média, 3,58 pessoas residindo em cada uma delas, que a idade predominante dos proprietários ficou na faixa dos 41 a 50 anos e que estes possuem baixa escolaridade. Em relação ao tamanho das propriedades, todas foram caracterizadas como sendo de agricultura familiar, sendo a produção de grãos e a bovinocultura leiteira as atividades mais desenvolvidas e as faixas de renda mais citadas foram de 2 a 4 e 4 a 6 salários mínimos. Na sequência deste estudo são apresentadas as melhorias nas propriedades a partir do acesso ao PNHR.

4.2 MELHORIAS OPORTUNIZADAS PELO PNHR

Para identificar as melhorias que os agricultores reconhecem em suas propriedades a partir do acesso ao PNHR, inicialmente buscou-se apresentar o ano de acesso a política pública, conforme pode ser observado na Figura 7.

Figura 7 – Ano de acesso ao PNHR



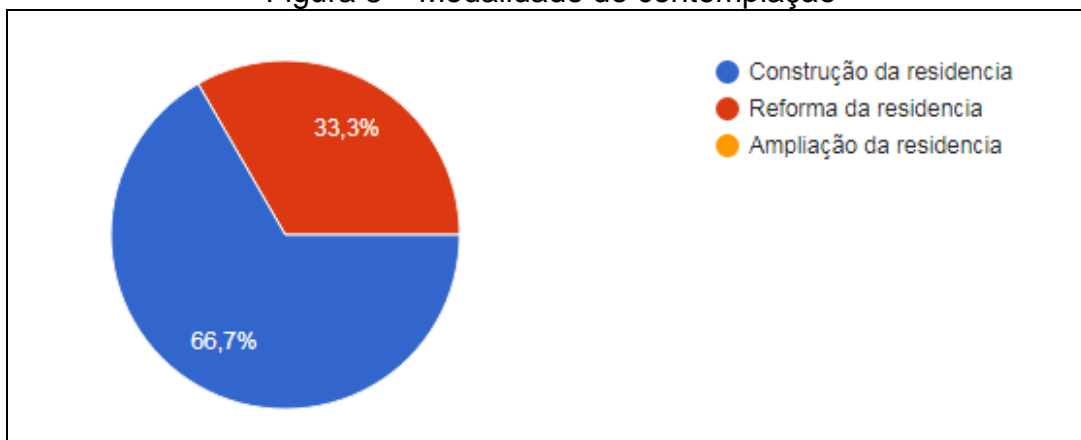
Fonte: Dados da pesquisa (2020)

A Figura 7 demonstra que 41,6% acessaram o programa em 2013, 25% em 2011, 16,6% em 2012, e 8,3% nos anos de 2014 e 2017. Entre os entrevistados,

ênfatiza-se que nenhuma propriedade acessou o PNHR nos anos de 2015 e 2016. Dessa forma, a porção mais significativa de acessos ocorreu há 8 anos.

A modalidade em que os participantes acessaram, foram basicamente duas: construção (66,7%) e reforma (33,3%), conforme é apresentado na Figura 8.

Figura 8 – Modalidade de contemplação

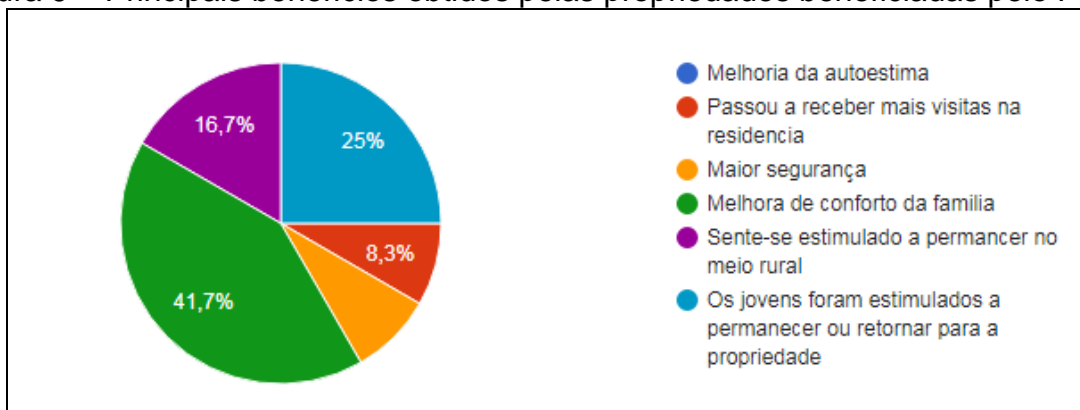


Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Para a construção de uma casa nova, o agricultor interessado deve apresentar um projeto em conformidade aos modelos disponibilizados pelos agentes financiadores. A área dos projetos modelo varia de 45 a 70 metros quadrados em seis padrões básicos: 43m², 45m², 50m², 55m², 60m² e 70m²; atendendo aos padrões mínimos de habitabilidade definidos pelo programa. No caso de reforma ou ampliação é necessário apresentar uma proposta prévia do projeto de reforma/ampliação acompanhado do orçamento e relatório dos serviços executados, posteriormente, o agente financeiro realiza a vistoria inicial avaliando a viabilidade dos serviços propostos pelo projeto (CRESOL, 2020).

Posteriormente, os participantes deste estudo foram questionados sobre os benefícios que o PNHR ofertou para a propriedade. As respostas obtidas em 47% dos casos deram conta de uma melhora no conforto da família; outros 25% inferem que essa política pública estimulou os jovens a permanecerem ou a retornarem as propriedades, 16,7% relataram que se sentem motivados a permanecerem no meio rural, 8,3% referem que passaram a receber mais visitas nas residências, refletindo assim uma possível melhora na autoestima e, a mesma proporção de pessoas responderam ter maior segurança com a construção ou as melhorias realizadas. A Figura 9 resume estes dados.

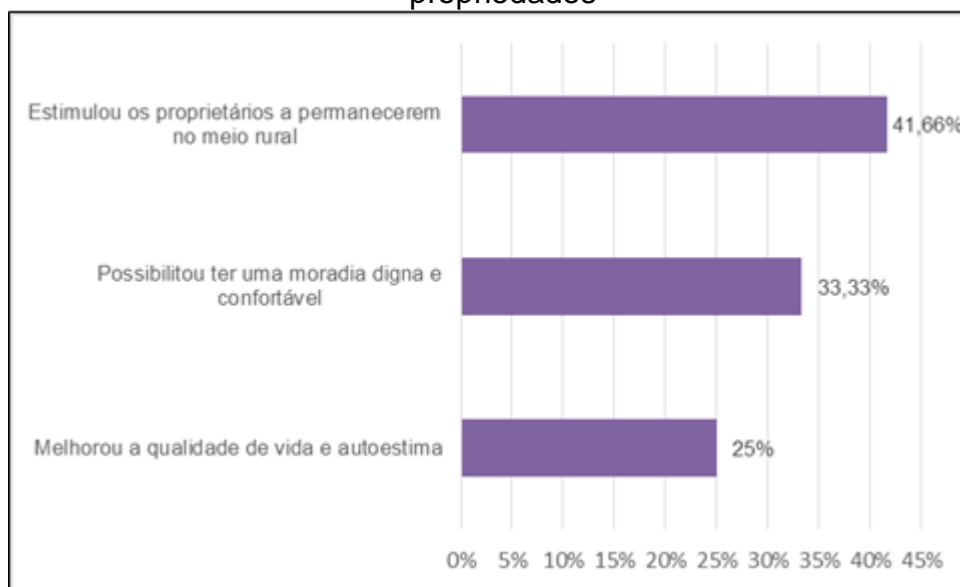
Figura 9 – Principais benefícios obtidos pelas propriedades beneficiadas pelo PNHR



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Visando complementar este questionamento, buscou-se identificar se o acesso ao PNHR tornou a propriedade mais desenvolvida e independente. As respostas obtidas revelaram em 100% dos casos que sim, o programa possibilitou desenvolvimento e independência das unidades de produção pelos mais variados motivos, sendo: melhora da qualidade de vida e autoestima: 25%; possibilidade de ter uma moradia digna e confortável: 33,33% e estímulo aos proprietários a permanecerem no meio rural: 41,66%. A Figura 10 ilustra esses resultados.

Figura 10 – Motivos que possibilitaram o desenvolvimento e independência das propriedades



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Ainda, em relação a Figura 10, que apresentou os motivos que possibilitaram o desenvolvimento e independência das propriedades, observa-se a importância do PNHR os agricultores. Sobre este aspecto, Rover e Munarini (2010), inferem que o PNHR proporciona um impacto positivo no espaço rural, tanto econômico quanto social, dando uma nova perspectiva para as famílias ali permanecerem. Morar bem está

diretamente relacionado a uma nova perspectiva de vida para os habitantes dos territórios rurais. Esse bem-estar se potencializa quando a política permite que o beneficiário se sinta parte do conjunto de atores que, com diferentes papéis, proporciona a execução desses benefícios sociais. Este programa demonstra que os beneficiados não esconderam a satisfação de melhorar sua qualidade de vida com a reforma ou construção da casa, favorecendo sua autoestima e o prazer de viver no meio rural. Somado a isso, Nicolacopolus (2024), afirma que este programa traz grandes benefícios aos produtores rurais, pois permite a construção de uma moradia digna, estimulando que o produtor permaneça no campo, produzindo alimentos. A Figura 11 compara uma residência antes e após o acesso ao PNHR.

Figura 11 – Condições de residência antes e após o acesso ao PNHR

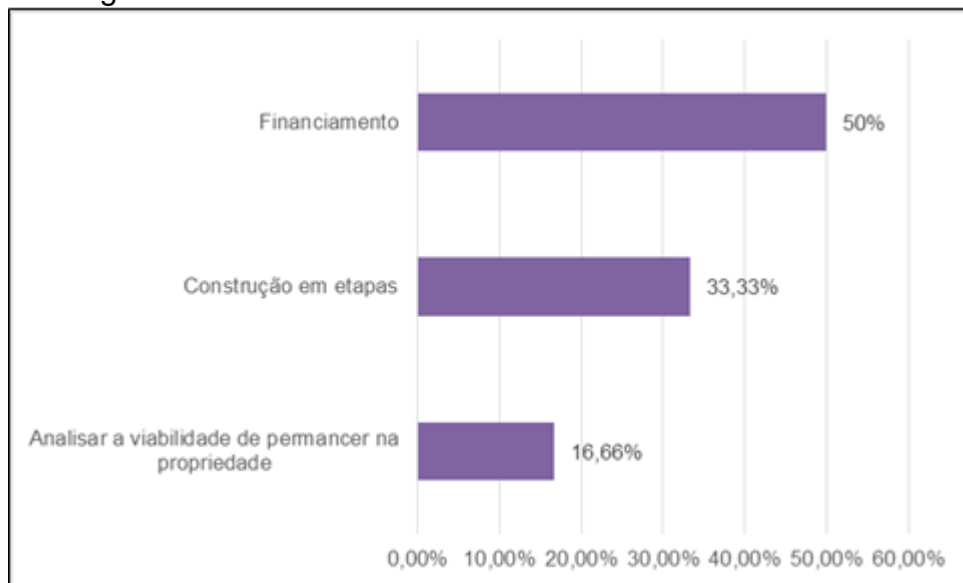


Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Ao comparar as condições de moradia dos agricultores antes e após o acesso ao PNHR é possível inferir que o avanço nas condições físicas das residências é considerável. Além disso, acredita-se que essas melhorias impactam diretamente a autoestima, a segurança e a qualidade de vida dos agricultores. Para Rover e Munarini (2010), morar bem está diretamente relacionado a uma nova perspectiva de vida para os habitantes dos territórios rurais. Esse bem-estar se potencializa quando a política permite que o beneficiário se sinta parte do conjunto de atores que, com diferentes papéis, proporciona a execução desses benefícios sociais. O PNHR demonstrou que os beneficiados não esconderam a satisfação de melhorar sua qualidade de vida com a reforma ou construção da casa, favorecendo sua autoestima e o prazer de viver no meio rural.

Na sequência do estudo, buscou-se identificar como seriam feitas as construções/reformas/ampliações, caso não existisse o PNHR. Os resultados apontaram que 50% dos agricultores buscariam outras formas de financiamento, mesmo com juros mais elevados, 33,33% referem que tentariam proceder em etapas, de acordo com a disponibilidade de recursos, mesmo que a obra tivesse um longo prazo para conclusão, e 16,66% iriam analisar a viabilidade de permanecer na propriedade, admitindo a possibilidade de migrar para o meio urbano. A Figura 12 resume as alternativas citadas pelos agricultores participantes deste estudo.

Figura 12 – Alternativa adotada caso o PNHR não existisse



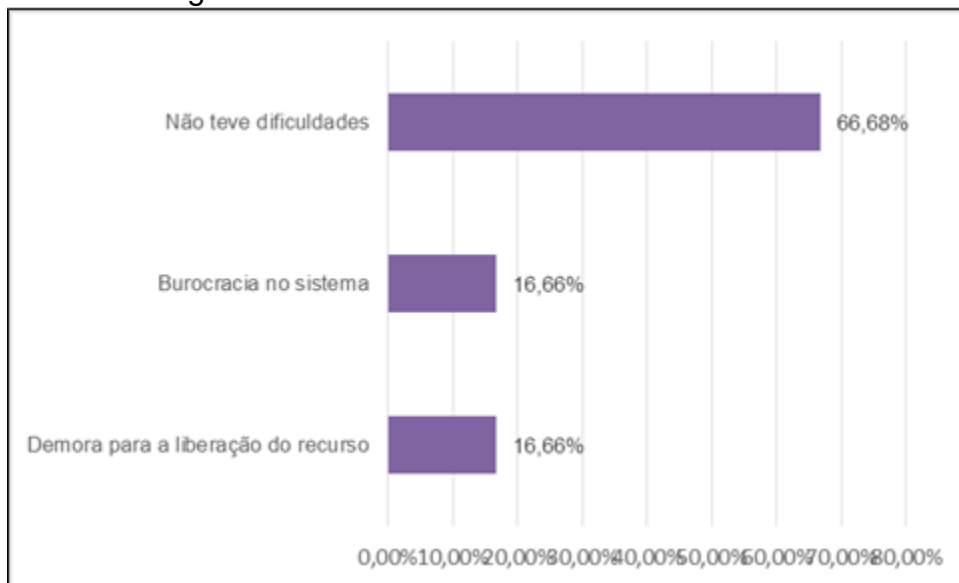
Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Dessa forma fica explícita a importância do PNHR para a melhoria da qualidade das residências, conforto e permanência dos agricultores no meio rural. Ainda, a respeito da relevância do programa, um estudo realizado por Menezes e Zingler (2018), que buscou analisar como o PNHR é executado no município de Novo Tiradentes-RS, e avaliou o impacto socioeconômico e na qualidade de vida dos beneficiários, identificando melhorias na qualidade de vida e bem estar das famílias beneficiadas após a construção das casas. Conforme aponta o estudo, é uma política inovadora de fácil cadastramento, possui índices elevados de satisfação social, apresenta técnicas para melhorar os cuidados com a moradia e a renda dos beneficiários e, ainda, permite o crescimento individual dos produtores rurais, diminuindo a pobreza intelectual na região. Assim, infere-se que o PNHR é uma política pública eficaz, que cumpre com seus objetivos e contribui satisfatoriamente para a permanência das famílias no campo e com a qualidade de vida nas comunidades estudadas.

Complementando o que foi apresentado acima, Signor (2019) enfatiza que o PNHR destacou-se por destinar um significativo montante de recursos, subsidiados pelo Governo Federal, para construção de casas para famílias de agricultores de baixa renda no Brasil, beneficiando cerca de 3,94% dos agricultores familiares em todo o país. A repercussão do programa demonstrou que a construção habitacional permite a permanência de famílias de agricultores no campo. A permanência dos agricultores no campo, além de minimizar a migração para as cidades, tem o potencial de preservar um capital social incalculável, tendo em vista que, atualmente, a agricultura familiar produz cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil.

As dificuldades enfrentadas pelos agricultores ao acessar esta política pública seguem apresentadas na Figura 13.

Figura 13 – Dificuldades de acesso ao PNHR



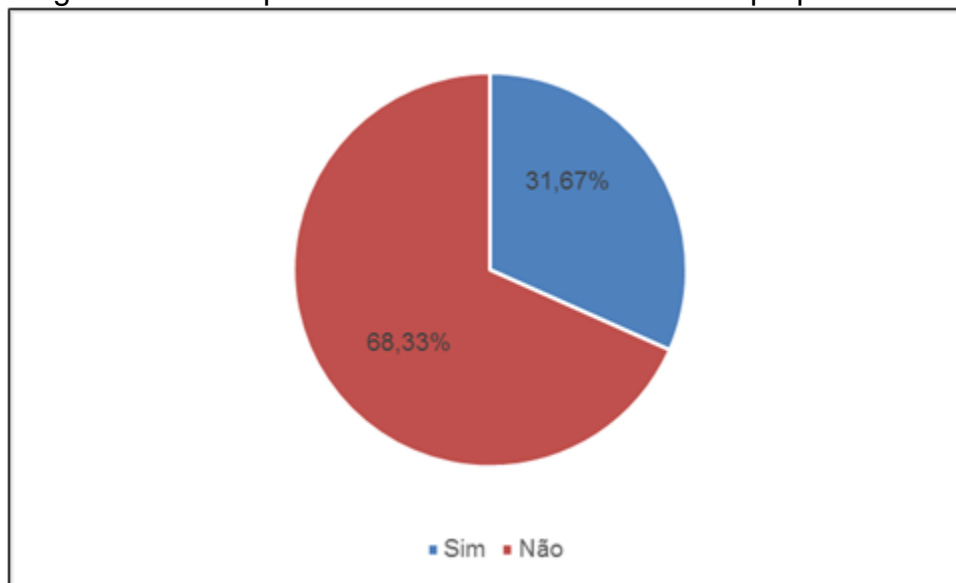
Fonte: Dados da pesquisa (2020)

De acordo com a Figura 13, enfatiza-se que mais da metade dos participantes deste estudo, beneficiários pelo PNHR não encontraram dificuldades para acessar o programa, 16,66% consideraram o sistema burocrático e o mesmo percentual referiu demora na liberação do recurso. Tendo apresentado a caracterização das propriedades, os benefícios e dificuldades, a seção seguinte propõe-se a dialogar acerca do futuro das propriedades.

4.3 PERSPECTIVAS DE FUTURO DAS PROPRIEDADES RURAIS

Para analisar a percepção dos proprietários das unidades de produção familiar, acerca do futuro das propriedades, inicialmente buscou-se identificar se a mesma terá sucessor ou se os proprietários vêm preparando os jovens para este processo de passagem da gestão. Os resultados mostraram que 68,33% afirmam não ter sucessor e apenas 31,67% confirmam a possibilidade de haver sucessão na propriedade.

Figura 14 – Perspectivas de sucessão familiar nas propriedades

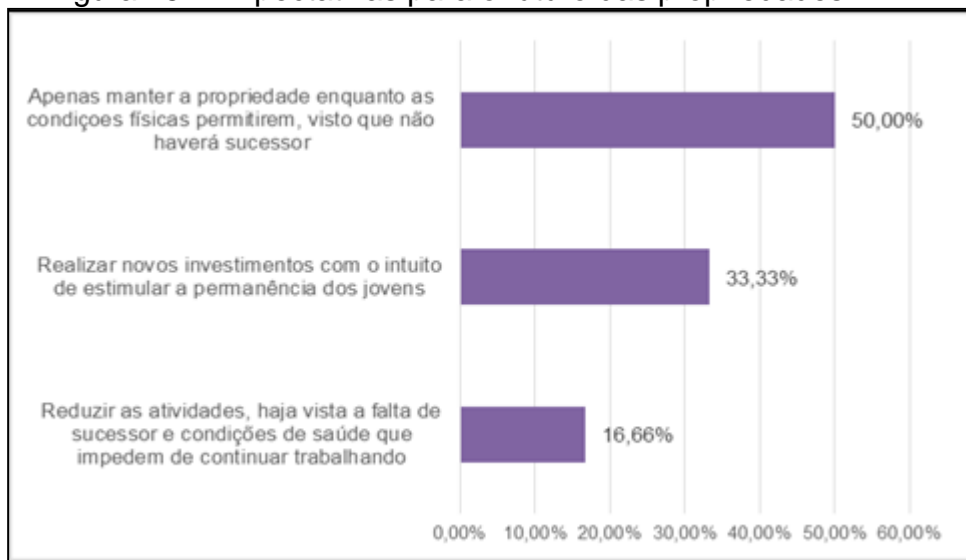


Fonte: Dado da pesquisa (2020)

Diante disso, observa-se que, apesar de algumas propriedades citarem como benéfico o estímulo do PNHR para a permanência dos jovens no meio rural, esta situação ainda é realidade em um pequeno número de famílias. Frente a isso, é de relevante importância que as instituições locais reforcem as ações de estímulo a permanência de jovens no meio rural e que estas, pressionem órgãos estaduais e federais, para fomentarem políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento do meio rural. Enfatiza-se que apesar de importante, o PNHR não tem fornecido suporte suficiente para motivar os jovens a permanecerem nas propriedades.

Sobre as expectativas dos proprietários para o futuro da propriedade, a Figura 15 a seguir resume as respostas obtidas.

Figura 15 – Expectativas para o futuro das propriedades



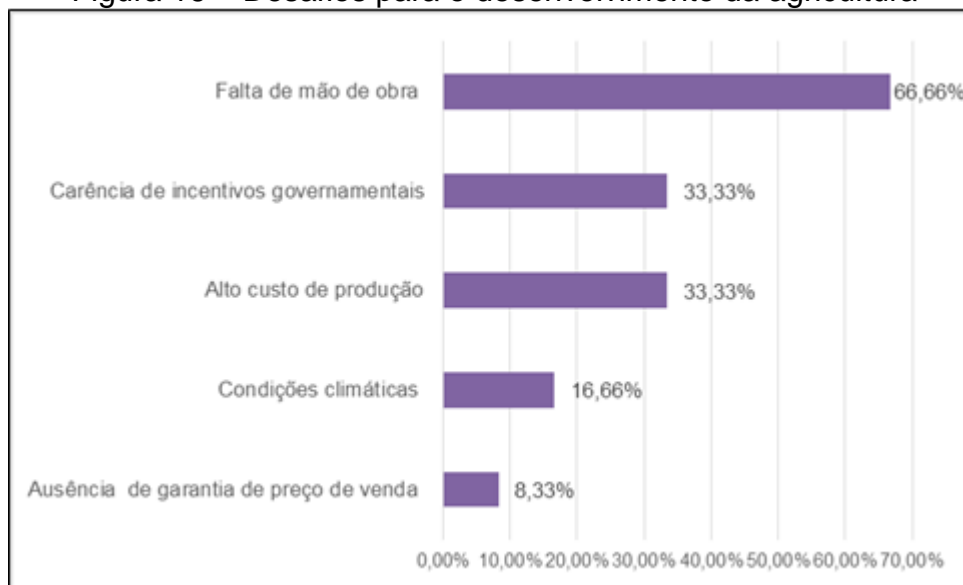
Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Sobre as perspectivas de futuro da propriedade, na avaliação dos proprietários, 50% pretendem apenas manter a propriedade enquanto as condições físicas permitirem, visto que não haverá sucessor, 33,33% pretendem realizar novos investimentos com o intuito de estimular a permanência dos jovens e 16,66% pensam em reduzir as atividades, haja vista a falta de sucessor e condições de saúde que impedem de continuar trabalhando. Estes dados apresentam um cenário preocupante para a manutenção das propriedades rurais do município de Itatiba do Sul, analisadas por este estudo. Apesar do PNR ser considerado, por vários autores, como uma política pública de incentivo a permanência dos jovens na agricultura familiar, neste estudo observa-se que em um pequeno número de unidades de produção, isso de fato ocorre.

Sobre o processo sucessório, Stropasolas (2019) enfatiza que este não deve ser desvinculado de outras questões que afetam a reprodução social da agricultura familiar. Isso porque os dilemas envolvidos nas (in)definições que interferem na dinâmica sucessória não resultam apenas de fatores endógenos às famílias agricultoras, mas são também influenciados pelas consequências de problemas estruturais ainda não resolvidos no mundo rural e que afetam, com maior ou menor intensidade, diferentes segmentos da população rural brasileira, sobretudo os grupos sociais tradicionalmente excluídos das políticas públicas, do acesso à terra e dos direitos de cidadania.

Por fim, buscou-se analisar as principais dificuldades encontradas para a manutenção das propriedades e o desenvolvimento das atividades. Na Figura 16 são demonstrados os principais desafios relatados.

Figura 16 – Desafios para o desenvolvimento da agricultura



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Conforme visto na Figura 16, os principais desafios encontrados para a manutenção das propriedades e o desenvolvimento das atividades mais citadas pelos proprietários das unidades de produção familiares foram: falta de mão de obra considerando a saída dos jovens da propriedade e idade avançada dos proprietários: 66,66%; carência de incentivos governamentais, haja vista que os proprietários

consideram os atuais programas de incentivo à agricultura insuficientes, principalmente no que se refere a incentivos a permanência de jovens no meio rural e preço de venda de produtos: 33,33%; alto custo de produção que resulta em baixa lucratividade das atividades: 33,33%; condições climáticas: 16,66% e ausência de garantia de preço de venda, que acarreta descapitalização dos agricultores: 8,33%.

Para Pires et al., (2011), as principais dificuldades encontradas nas pequenas propriedades rurais estão relacionadas ao baixo poder de barganha no preço dos insumos agropecuários fator que aumenta o custo de produção, ausência de uma visão holística acerca das necessidades mercadológicas, restrições de acesso à tecnologia e a técnicas de gestão atualizadas. Tais fatores interferem na diferenciação e conseqüentemente na agregação de valor ao produto, explicando também a empiricidade do processo decisório, que por muitas vezes compromete a maximização da sua qualidade. Ainda, os mesmos autores apontam que a baixa escala de produção compromete a comercialização dos bens produzidos, o que justificaria a utilização de estratégias como o associativismo, agregação de valor e a diferenciação de produtos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PNHR é considerado uma importante política pública devido o seu cunho social de fomento e incentivo a atividade rural, sendo esta, de suma importância para o desenvolvimento do país. Este programa mostra-se imprescindível para a manutenção das comunidades rurais e para estimular a permanência dos agricultores neste espaço. Ainda, tem potencial de favorecer as iniciativas de sucessão geracional no campo, por ofertar melhoria na qualidade de vida das pessoas.

A partir desta problemática, este estudo teve como objetivo principal identificar os benefícios que o Programa Nacional de Habitação Rural oportunizou para os agricultores que acessaram esta política no município de Itatiba do Sul – RS. E, ao se chegar ao final deste estudo, afirma-se que tanto o objetivo geral como a questão de pesquisa delineada inicialmente, foram atendidos, pelo fato do estudo mostrar que a totalidade dos entrevistados relataram que o PNHR possibilitou uma melhoria na qualidade de vida dos seus beneficiários.

Conforme exposto, 100% dos casos dos agricultores contemplados pelo PNHR citaram a ocorrência de melhoria da qualidade de vida, desenvolvimento e independência das propriedades. Os principais aspectos que contribuíram com essa melhora foram: conforto da família, motivação para a permanência da família no meio rural, passaram a receber mais visitas nas residências, melhora na autoestima, mais segurança com a construção ou as melhorias realizadas, possibilidade de ter uma moradia digna e confortável.

As propriedades rurais que acessaram o PNHR são de pequeno porte, caracterizadas como sendo de agricultura familiar, possuem, em média, 3,58 pessoas residindo em cada uma delas, faixa etária predominante dos proprietários é dos 41 a 50 anos e os mesmos possuem baixa escolaridade. As atividades produtivas mais desenvolvidas nas propriedades foram a produção de grãos e a bovinocultura (leiteira e de corte) e a faixa de renda familiar mais citadas foi estimada entre 2 a 6 salários mínimos mensais.

Quanto as perspectivas para o futuro das propriedades, conclui-se que 68,33% das propriedades não terão sucessor, sendo que a maioria dos atuais proprietários

pretende apenas manter a propriedade, sem realizar novos investimentos. Os principais desafios encontrados para a manutenção das propriedades são a falta de mão de obra, carência de incentivos governamentais, alto custo de produção, condições climáticas e ausência de garantia de preço de venda, que acarreta descapitalização dos agricultores.

A hipótese inicialmente elaborada, que sugeriu que o PNHR seria uma importante política pública de apoio a agricultura familiar, que oportunizava benefícios evidentes para seus usuários, como a melhora na qualidade de vida dos beneficiários e estimulava a permanência das famílias no meio rural foi confirmada. Apesar destes aspectos positivos, ainda ressalta-se a necessidade do fomento de políticas públicas para o estímulo a permanência ou o retorno dos jovens ao meio rural, visto que este estudo identificou a existência de êxodo de jovens nas propriedades analisadas.

Chegando ao final deste estudo reitera-se que algumas das lacunas práticas, assim como teóricas já apontadas pela literatura a respeito destas políticas públicas foram auferidas. Mais especificamente, contribuiu-se para sanar a carência de estudos acerca do tema na região analisada, disseminando informações acerca do PNHR, sua aplicabilidade e importância para os agricultores familiares. Além disso, de forma prática, este estudo colaborou devido a carência de pesquisas empíricas voltadas para este tema na região norte do estado do Rio Grande do Sul.

Em relação as limitações encontradas, conclui-se que foram selecionadas 20 famílias beneficiárias do PNHR em Itatiba do Sul, onde as mesmas receberam um *link* do *Google* formulários com o questionário enviado via *Whatsapp* e/ou *e-mail*, contudo um número reduzido de pessoas respondeu a entrevista (apenas oito famílias). Dessa forma, haja vista a baixa quantidade de informações recebidas, optou-se por visitar as famílias para realizar a coleta das informações.

Em algumas das visitas realizadas as propriedades, observou-se uma certa resistência dos agricultores em participar do estudo, acerca da aplicabilidade dos dados, principalmente em questões relativas a renda, área de terra e atividades produtivas desenvolvidas nas propriedades. Assim, para evitar quaisquer transtornos, os agricultores que se mostraram resistentes em participar do estudo, foram prontamente eliminados da seleção.

Como proposta, sugere-se a continuidade deste estudo no município de Itatiba do Sul, assim como em outros municípios vizinhos, pois a região norte do estado do Rio Grande do Sul possui um grande número de propriedades rurais. Pode-se também, analisar sob as perspectivas de sucessão geracional nas propriedades. Ainda, é importante avaliar os estímulos que os jovens recebem para permanecer no meio rural e a influência da família nesta decisão.

Por fim, considerando a importância dos estudos rurais e a importância das propriedades de agricultura familiar para a produção de alimentos, sugere-se, como forma de dar continuidade a este estudo e como contribuição a manutenção do meio rural, analisar como ocorrem os processos de sucessão geracional nas propriedades, buscando identificar os fatores que determinam ou contribuem com a decisão dos jovens de permanecer ou migrar. Assim, este estudo foi uma importante fonte de aprendizado prático e colaborou com a compreensão acerca do funcionamento e benefícios proporcionados aos agricultores, através do acesso ao PNHR.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**: São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas: Hucitec/ANPOCS/ Editora da UNICAMP, 1992.

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. “Uma nova extensão para a agricultura Familiar”. In: **Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF, Anais, 1997.

ATIYEL, C. **Análise da atuação dos atores no desenvolvimento de Programa Nacional de Habitação Rural no município de Cachoeira do Sul/RS**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. Programa de pós graduação em Extensão Rural.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL - Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso** 3. ed., 2. reimpr. - Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 70 p. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_idoso_3edicao.pdf>. Acesso em 16 dez. 2020

_____. Presidência da República; Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2009/lei/l11977.htm>. Acesso em 29 jul. 2020.

_____. - Ministério das Cidades. **Cartilha do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)**. Brasília, DF, 2013.

CHRISTEN, R. S; NETTO, F. F. **Sucessão, masculinização, envelhecimento e educação na agricultura familiar**. Qual a influência desses fatores no êxodo rural? 2016. UNICENTRO. Disponível em: <<https://publicacresol.cresolinstituto.org.br/upload/pesquisa/202.pdf>>. Acesso em 16 dez. 2020.

CONFORTIN, S. C.; ANTES, D. L.; PESSINI, J.; SCHNEIDER, J. C.; ORSI, E.; BARBOSA, A. R. Comparação do perfil socioeconômico e condições de saúde de idosos residentes em áreas predominantemente rural e urbana da Grande Florianópolis, Sul do Brasil. **Cad. Saúde Colet.**, 2016, Rio de Janeiro.

CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar**: uma análise a partir do Rio Grande do Sul. 2008. 290f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CRESOL. **Habitação Rural**. 2020. Disponível em: <<https://www.cresolcentral.com.br/habitacao>>. Acesso em 17 dez. 2020.

DAMASCENO, N. P.; KHAN, A. S.; LIMA, P. O Impacto do Pronaf sobre a Sustentabilidade da Agricultura Familiar, Geração de Emprego de Renda no Estado do Ceará. **Revista RESR**, Piracicaba, SP, vol. 49, nº 01, p. 129-156, jan/mar 2011.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômico **Estatísticas do meio rural**. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GUANZIROLI, C. E; DISABBATO, A.; VIDAL, M de F. **Agricultura Familiar no Nordeste**: Uma análise comparativa entre dois censos agropecuários: Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Itatiba do Sul**. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/itatiba-do-sul/pesquisa/23/24304>>. Acesso em 16 dez.2020.

_____. **Itatiba do Sul**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/itatiba-do-sul/panorama>>. Acesso em 29 jul. 2020.

KONRAD, J. **O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)**: agentes, ações e desafios no Território da Cidadania Meio Oeste Contestado – SC. Repositório Institucional UNESP. Faculdade de Ciência e Tecnologia. Presidente Prudente, 2019.

LAMARCHE, H. **A agricultura Familiar**: comparação internacional. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 1993.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. p. 276.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura Familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://sistemas.Mda.Gov.br/agrarios/2246122356.PDF>>. Acesso em 20 jul. 2020.

MENEZES, T. A. S.; ZINGLE, K. D. Programa Nacional de Habitação Rural: uma Análise dos Beneficiários no Município de Novo Tiradentes/RS. 2018. **Anais do 8º Siepex**. Cachoeira do Sul – RS. Disponível em: <<https://doity.com.br/anais/8siepex/trabalho/64150>>. Acesso em 20 dez. 2020

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da Administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011.

NICOLACOPOLUS, L. **Agricultores familiares recebem benefício do PNHHR**. 2014. Disponível em: < <https://www.carazinho.rs.gov.br/portal/noticias/0/3/6730/agricultores-familiares-recebem-beneficio-do-pnhr> >. Acesso em 17 dez. 2020.

NIEDERLE, P. A. A agricultura familiar entre o setorial e o territorial? Novos referenciais para as políticas de desenvolvimento rural no Brasil. **Revista Perspectivas Rurales**, Universidad Nacional Costa Rica, Nueva Época, ano 12, n. 24, 2014.

PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. 239 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PERONDI, M. A. e SCHNEIDER, S. Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida. **Revista de Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul**, v. 17, n. 2, p. 117-135, 2012.

PIRES, A. P. P.; CASARIN, B. R.; SPANGENBERG, H. C.; FOGGETTI, C Pequenas propriedades rurais: dificuldades e alternativas para posicionamento no mercado. 2011. **Anais CIC**. Disponível em: <<https://cic.unifio.edu.br/anaisCIC/anais2011/PDF/Administracao/PEQUENAS%20PROPRIEDADES%20RURALS.pdf>> Acesso em 20 dez. 2020.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de Estágio e Pesquisa em Administração**: um guia para estágio, trabalho e conclusão. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ROVER, J. O.; MUNARINI, P. R. A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). **Rev. Katális**. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 260-269 jul./dez. 2010

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010.

SCHNEIDER, S. e GAZOLLA, M. Os atores entram em cena. In: SCHNEIDER, S. e GAZOLLA, M. (Orgs). **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul. **Perfil das cidades gaúchas**: Itatiba do Sul. 2018. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Itatiba_do_Sul.pdf>. Acesso em 29 jul. 2020

SHANIN T. C. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX.**; Rio de Janeiro; Zahar, 1996.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**, Florianópolis : Epagri, 2001.

SOUZA, V. F. E.; BERGAMASCO, S. M. P. F. Políticas Públicas para a agricultura familiar Brasileira: Um estudo sobre PRONAF nos municípios do circuito das frutas- SP. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, RS, V.22, n.1, Janeiro/Março, 2015.

STROPASOLAS V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar, 2019. **Revista Agriculturas**. Disponível em: <<http://aspta.org.br/article/os-desafios-da-sucessao-geracional-na-agriculturafamiliar/#:~:text=De%20maneira%20geral%2C%20constata%2Dse,os%20jovens%20desenvolverem%20seus%20pr%C3%B3prios>>. Acesso em 20 dez. 2020.

WANDERLEY, M. de. N. B A. **Ruralidade no Brasil Moderno** - por um pacto social pelo desenvolvimento rural. Out. 2003. P.31-44.

WANDERLEY; M. N. B. Raízes históricas do campesinato Brasileiro. In: Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, **Anais**, São Paulo, ANPOCS, 1996.

APÊNDICE A – Entrevista a ser aplicada aos agricultores familiares contemplados pelo Programa Nacional de Habitação Rural

Identificação da família _____

1 - Quantas pessoas residem na propriedade rural?

- Uma
- Duas
- Três
- Quatro
- Cinco ou mais

2 - Qual é a faixa etária dos proprietários?

- até 40 anos
- 41 a 50 anos
- 51 a 60 anos
- 61 a 70 anos
- 71 a 80 anos
- acima de 80 anos

3 - Qual a escolaridade dos proprietários?

- Analfabeto
- Alfabetizado
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino técnico completo
- Ensino técnico incompleto
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo

4 - Qual o tamanho da propriedade rural (em hectares)?

- até 20 ha
- de 20 a 40 ha
- de 40 a 60 ha
- de 60 a 80 ha
- mais de 80 ha

5 - Quais destas atividades produtivas são desenvolvidas na propriedade rural? (Pode-se assinalar mais de uma alternativa).

- Grãos
- Avicultura
- Bovinocultura de corte
- Bovinocultura leiteira
- Horticultura
- Fruticultura
- Suinocultura

() Outra _____

6 - Qual a renda mensal bruta da propriedade?

- () até 2 salários mínimos
- () 2 a 4 salários mínimos
- () 4 a 6 salários mínimos
- () 6 a 8 salários mínimos
- () 8 a 10 salários mínimos
- () mais de 10 salários mínimos

7 – Em que ano você acessou o PNHR?

8 – Em qual modalidade você foi contemplado (construção, reforma ou ampliação da residência)?

9 – Quais foram os principais benefícios que esta política pública ofereceu a sua propriedade?

- () Melhoria da auto estima;
- () Passou a receber mais visitas na residência;
- () Maior segurança;
- () Melhora do conforto da família;
- () Sente-se estimulado a permanecer no meio rural;
- () Os jovens foram estimulados a permanecer/retornar a propriedade;
- () Outras: _____

10 – Quais foram as dificuldades encontradas para acessar o PNHR?

11- Suponha que o PNHR não existisse, como você faria para proceder a construção/reforma/ampliação de sua residência?

12 – A propriedade possui sucessores?

13 – Quais são suas expectativas para o futuro da sua propriedade? (Permanência, retorno de jovens, investimentos em alguma atividade produtiva)?

14 – Quais são as principais dificuldades encontradas para a manutenção da propriedade e o desenvolvimento das atividades?

15 – Quais políticas públicas poderiam ser implementadas, para facilitar o desenvolvimento de suas atividades?

16 – Em sua opinião, acessar o PNHR tornou a propriedade mais desenvolvida e independente?